



**Contrata
Consultor
na modalidade
Produto**

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 08/2024

1. Perfil: Nível superior superior em Direito

2. Nª de vagas: 4 (quatro)

3. Qualificação educacional: Obrigatório Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

4. Experiência profissional: obrigatória; experiência mínima de 05 (cinco) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público ou privado, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; desejável experiência mínima de 03 (três) anos em análise de normativos, documentos técnicos e demandas judiciais/extrajudiciais, no âmbito da administração pública, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; e desejável mínima de 02 (dois) ano em usabilidade de sistemas informatizados de gestão da Administração Pública Federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado

5. Atividades:

Atividades a serem executadas pelos Consultores

Consultor 1 (CGDEN)

Atividade 1: Analisar os normativos acerca da legislação que rege as transferências discricionárias e legais envolvendo a assistência técnica e financeira, com recursos do PAR e de Emendas Parlamentares, aos Entes Federados, às Universidades não Federais e às Organizações Sociais atuantes na área educacional.

Atividade 2: Analisar as demandas no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, relativas aos processos de ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, a luz de normas legais vigentes, em consonância com as ações pactuadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Atividade 3: Identificar eventuais entraves na execução dos projetos e do fluxo no âmbito da Diretoria de Gestão Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, quanto aos processos de ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, com proposta de correção e adequação de fluxos estabelecidos entre as áreas responsáveis pela operacionalização sistêmica e processual

Atividade 4: Propor revisão de normativos relacionados às ações pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, Resoluções 3 e 4 do PAR, quanto às condições de utilização de recursos próprios nos casos de atraso de liberações de recursos por parte do FNDE.

Atividade 5: Propor minuta de portaria para regulamentar às utilizações de recursos próprios para pagamentos de despesas relacionadas ao Plano de Ações Articuladas – PAR, nos casos de atraso de liberações de recursos por parte do FNDE, bem como aos procedimentos de ressarcimento ao erário público.

Atividade 6: Realizar estudo sobre a viabilidade dos atendimentos aos entes federados para efetuar o ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, a luz de normas legais vigentes, especificamente para os casos de convênios pactuados no âmbito da DIGAP, oriundos de emendas parlamentares, instrumentalizados na Plataforma TransfereGov. incluindo proposta de correção e adequação de fluxos estabelecidos entre as áreas responsáveis pela operacionalização sistêmica e processual

Atividade 7: Apresentar resultados parciais e relatórios finais referentes aos produtos da consultoria.

Consultor 2 (CGPES)

Atividade 1: Realizar levantamento da legislação afeta aos convênios pactuados na plataforma Transferegov, incluindo acórdãos;

Atividade 2: Analisar a legislação afeta aos convênios pactuados na plataforma Transferegov e propor à CGPES/DIGAP sugestões de atualização dos normativos;

Atividade 3: Realizar levantamento da legislação afeta à análise de cumprimento de objeto, incluindo acórdãos;

Atividade 4: Analisar a legislação afeta a análise de cumprimento de objeto e propor à CGPES/DIGAP sugestões de atualização dos normativos;

Atividade 5: Realizar levantamento das solicitações e requerimentos de informações do Poder Legislativo nos anos de 2023 e 2024 no âmbito do PAR;

Atividade 6: Realizar levantamento das solicitações e requerimentos de informações do Poder Judiciário nos anos de 2023 e 2024 no âmbito do PAR;

Atividade 7: Realizar levantamento das solicitações e requerimentos de informações do Ministério Público nos anos de 2023 e 2024 no âmbito do PAR;

Atividade 8: Realizar levantamento das solicitações e requerimentos de informações da Polícia Federal nos anos de 2023 e 2024 no âmbito do PAR;

Atividade 09: Realizar levantamento das determinações e recomendações da Controladoria da União), nos anos de 2023 e 2024, concernentes ao PAR.

Consultor 3 (DIGAP)

Atividade 1: Coletar dados dos acórdãos, relatórios, pareceres e comunicações do TCU e outros órgãos de controle pertinentes referentes aos períodos descritos no cronograma de entregas.

Atividade 2: Realizar uma avaliação jurídica abrangente das recomendações e determinações, considerando seu alinhamento com a legislação vigente, normas regulamentadoras e precedentes judiciais, para determinar as implicações legais para a DIGAP e suas atividades.

Atividade 3: Organizar as recomendações e determinações encontradas em uma base de dados estruturada, incluindo informações sobre a natureza da recomendação, data, contexto e áreas afetadas.

Atividade 4: Analisar as implicações jurídicas de cada recomendação/determinação, considerando a legislação vigente, jurisprudência relevante e políticas internas da instituição.

Atividade 5: Avaliar possíveis ações corretivas a serem adotadas.

Atividade 6: Realizar reuniões com as partes envolvidas nos processos, a fim de alinhar e apresentar os resultados obtidos por meio das análises.

Atividade 7: Propor ações corretivas, além de sugerir medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.

Consultor 4 (CGIMP)

Atividade 1: Levantar pedidos de informações dos poderes legislativos e judiciários, incluindo Polícia Federal, relacionados a obras em andamento no âmbito do CGIMP/DIGAP.

Atividade 2: Examinar minuciosamente cada pedido de informação, identificando os principais pontos levantados, as áreas de preocupação e as possíveis denúncias ou irregularidades apontadas.

Atividade 3: Avaliar juridicamente as demandas, identificando as implicações legais específicas e as possíveis ações a serem tomadas.

Atividade 4: Apresentar medidas tomadas em acerca desses processos fornecendo insights destacando as principais conclusões e recomendações.

Atividade 5: Realizar reuniões com as partes envolvidas nos processos, a fim de alinhar e apresentar os resultados obtidos por meio das análises.

Atividade 6: Propor recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho acerca das demandas levantadas.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1:

Documento Técnico “A” – Estudo sobre a viabilidade dos atendimentos aos entes federados para efetuar o ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, a luz de normas legais vigentes, especificamente para os casos de convênios pactuados no âmbito da DIGAP, oriundos de emendas parlamentares, instrumentalizados na Plataforma TransfereGov, incluindo proposta de correção e adequação de fluxos estabelecidos entre as áreas responsáveis pela operacionalização sistêmica e processual.

Documento Técnico “B” – Estudo sobre a viabilidade dos atendimentos aos entes federados para efetuar

o ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, especificamente para os casos de instrumentos com vigência expirada, a luz de normas legais vigentes, em consonância com as ações pactuadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Documento Técnico “C” – Estudo sobre a viabilidade dos atendimentos aos entes federados para efetuar o ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, a luz de normas legais vigentes em consonância com as ações pactuadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, bem como manifestação jurídica do órgão consultivo do FNDE, incluindo proposta de adequação de fluxos e documentos técnicos às áreas competentes da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP

Documento Técnico “D” – Estudo analítico com proposta de revisão e adequação de documentos técnicos e atualização dos procedimentos para normatização do fluxo de ressarcimento ao erário público, após utilização de recursos próprios, a serem realizados pelo FNDE, de forma a subsidiar às áreas competentes da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP.

Documento Técnico “E” – Proposta de revisão dos normativos relacionados às ações pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, Resoluções 3 e 4 do PAR, quanto às condições de utilização de recursos próprios nos casos de atraso de liberações de recursos por parte do FNDE.

Documento Técnico “F” – Proposta de minuta de portaria para regulamentar às utilizações de recursos próprios para pagamentos de despesas relacionadas ao Plano de Ações Articuladas – PAR, nos casos de atraso de liberações de recursos por parte do FNDE, bem como aos procedimentos de ressarcimento ao erário público.

Consultor 02:

Documento técnico “A”, Levantamento e análise referente à legislação afeta ao Plano de Ações Articuladas, identificando possíveis lacunas, bem como avaliação quanto à necessidade de adequação e atualização dos normativos correlatos.

Documento técnico “B”, Levantamento e análise referente à legislação afeta à prestação de contas (cumprimento do objeto), incluindo acórdãos, bem como avaliação quanto à necessidade de adequação e atualização dos normativos correlatos.

Documento técnico “C”, Estudo analítico e diagnóstico acerca dos pedidos e requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário, Ministério Público e Polícia Federal, entre os anos de 2023 e 2024, com o fito de apuração de denúncias no âmbito do PAR, bem como diagnóstico das dissoluções apresentadas no âmbito da Coordenação-Geral de Programas Especiais-CGPES/DIGAP

Documento técnico “D”, Estudo analítico dos Projetos de Lei e Propostas de Emendas à Constituição propostos em 2021 e 2022, relacionados ao PAR Genérico, bem como diagnóstico das manifestações apresentadas no âmbito da Coordenação-Geral de Programas Especiais-CGPES/DIGAP.

Documento Técnico “E”, Estudo analítico dos Projetos de Lei e Propostas de Emendas à Constituição propostos em 2023 e 2024, relacionados ao PAR Genérico, bem como diagnóstico das manifestações apresentadas no âmbito da Coordenação-Geral de Programas Especiais-CGPES/DIGAP.

Documento Técnico “F”, Estudo avaliativo de normativos federais, que envolvam repasses de recursos, visando a proposição de alterações nas legislações no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

Consultor 03:

Documento Técnico “A” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas ao Plano de Ações Articuladas Genérico, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2015 a 2016)

Documento Técnico “B” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas ao Plano de Ações Articuladas Genérico, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro (período: 2017 a 2018).

Documento Técnico “C” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas ao Plano de Ações Articuladas Genérico, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro (período: 2019 a 2020).

Documento Técnico “D” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas às obras, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2015 a 2016).

Documento Técnico “E” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas às obras, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2017 a 2018)

Documento Técnico “F” Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIGAP, alusivas às obras, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2019 a 2020)

Consultor 04

Documento técnico “A” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no primeiro semestre de 2022, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

Documento técnico “B” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no segundo semestre de 2022, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

Documento técnico “C” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no primeiro semestre de 2023, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

Documento técnico “D” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no segundo semestre de 2023, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

Documento técnico “E” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no primeiro semestre de 2024, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

Documento técnico “F” Estudo analítico acerca dos requerimentos de informações dos poderes legislativo, judiciário e Polícia Federal, no segundo semestre de 2024, com o fito de apuração de denúncias acerca das obras em andamento, bem como avaliação jurídica relacionada às medidas adotadas no âmbito CGIMP/DIGAP, incluindo recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, sistemas de registro e comunicação interna, com o objetivo de tornar o processo de tratamento de pedidos e requerimentos mais ágil e eficaz.

7. Local de Trabalho: Brasília/DF

8. Duração do contrato: 11 Meses

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 Análise Curricular:

a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro

formato de currículo estará eliminado da seleção;

b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;

c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;

d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;

e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;

f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “Tabela com Critérios de avaliação” constante do Termo de Referência.

9.2 Entrevista:

a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;

b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;

c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;

e) A entrevista valerá até 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

9.3 Análise documental/Convocação:

a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas 1 e 2 (análise curricular + entrevista);

c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado à comissão de seleção, no prazo estipulado;

e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.

f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;

g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;

j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

10. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de

servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

11. Recursos e questionamentos

Eventuais questionamentos ou recursos relacionados aos resultados deverão ser encaminhados para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

Os interessados deverão enviar o Currículo modelo padrão, preferencialmente em formato PDF, do dia 26/04/2024 a 02/05/2024 para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, indicando o número do edital no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste Edital 08/2024.